

JF

Este suplemento é parte integrante
da revista Jornal da FENPROF n.º 279.
Distribuição gratuita



ESPECIAL ELEIÇÕES

4 de outubro 2015

Partidos com representação
parlamentar respondem
a inquérito organizado
pela FENPROF



Partidos com representação parlamentar falam sobre futuro da Educação

A semelhança do que fez em anteriores atos eleitorais para a Assembleia da República, são publicadas as respostas dos partidos políticos com representação parlamentar a um conjunto de 23 questões colocadas pelo Secretariado Nacional da FENPROF.

Estas perguntas, sobre aspetos importantes para os docentes e investigadores, visam dar a conhecer o que pensam esses partidos sobre as diversas matérias selecionadas.

Infelizmente a coligação PSD/CDS-PP e o PS, apesar de várias insistências e sucessivos alargamentos de prazos, optaram por não responder a esta solicitação.

Cada um analisará este facto como entender, sendo que fica a necessária nota de que os professores e investigadores mereciam mais respeito, num quadro complexo e em que se exige clareza nas propostas e frontalidade nos compromissos.

Porém, porque se entendeu ser importante conhecer as propostas partidárias, decidiu a direção do Jornal da FENPROF procurar nos programas eleitorais o que PSD/CDS-PP e PS pensam sobre essas matérias, extraíndo, dos seus projetos políticos eleitorais as respostas solicitadas ou o que delas se aproxima.

Este dossiê será, certamente, mais um importante instrumento de valorização da democracia para a avaliação das candidaturas, para a reflexão sobre a responsabilidade eleitoral de cada um de nós e para apoiar a orientação do sentido de voto a dar nas próximas eleições de 4 de outubro.

A Redação

A opinião dos Professores



Dénia Rosa,
EBS Tomás de Borba,
Terceira

A componente letiva dos alunos e dos professores é exagerada e extensa porque com tantas horas em aulas não existe uma concentração eficaz prejudicando a aprendizagem dos alunos. Os professores precisam de tempo para preparar as atividades letivas e ter menos trabalho burocrático nas escolas



Fernando Leite,
Agrupamento de Escolas
de Matosinhos

Para tudo e por tudo, há que fazer papéis, retirando tempo à preparação da atividade letiva e à sequente reflexão. Foi imposta às escolas uma cultura de avaliação desadequada, que acompanhou uma campanha de desautorização dos professores e mais não é do que um torniquete para condicionar a liberdade crítica e a ação reflexiva inerentes à atividade pedagógica.



Maria Helena Oliveira,
Agrupamento n.º1 de Beja,
Beja

Devido ao elevado número de alunos que temos, à excessiva carga horária, aos diversos papéis que nos atribuem, temos sempre a sensação que estamos em falta, que não estamos a desempenhar a 100% a nossa função, o que nos provoca consequentemente uma enorme frustração profissional.

A. Questões de ordem sócio-profissional

1 Em face do agravamento das condições de exercício da profissão docente (horários sobrecarregados, turmas demasiado grandes, número excessivo de turmas/níveis por professor, menos apoios para alunos com dificuldades, aumento da indisciplina e violência, alterações curriculares avulsas, pressão

dos exames...), situação que, para além do impacto negativo na qualidade da educação, acentuou o desgaste e extremo cansaço dos professores, que medidas está o Partido disposto a adotar para atenuar esse desgaste provocado pelo exercício continuado da profissão?



A única referência no programa eleitoral é "Libertar os docentes da diversidade de tarefas burocráticas, passando pela redução e simplificação de procedimentos"



Apesar de este ser um assunto, para os professores, da maior importância, o programa eleitoral omite qualquer referência, direta ou indireta, a esta questão.



Para o PCP há dois tipos de medidas a considerar. Por um lado, aliviar de carga letiva nos últimos anos de exercício profissional, quer no que respeita às reduções de componente letiva, que deverão iniciar-se mais cedo do que atualmente acontece, quer mesmo permitindo que a atividade letiva dos professores nos últimos anos de exercício possa desenvolver-se em contexto diferente que não a titularidade de turma; por outro, retomando os 36 anos de serviço como referência para a aposentação.



O esgotamento e exaustão não é um fenómeno novo entre a classe docente mas há sinais de agravamento severo. Os vários estudos e análises feitos desde os anos 90 demonstram que o principal fator é a burocracia a que os professores são submetidos.

A resposta passa por uma estratégia concertada: estabilização da carreira; simplificação administrativa; medidas de combate ativo contra a exaustão (grupos de apoio entre professores, por exemplo).



Depois de todas as campanhas de diabolização de que foram alvo os professores, é preciso erguer uma campanha de valorização da profissão docente e da escola pública. É necessário voltar a considerar a profissão docente como uma atividade profissional de desgaste rápido e estabelecer regras próprias de aposentação atendendo a esse facto. É necessário libertar os docentes de todo o trabalho burocrático e de secretaria e devolvê-los à distinta tarefa de ensinar. É necessário

estabelecer claramente qual é o contributo funcional do profissional docente.

2 **Está o Partido de acordo que toda a atividade desenvolvida diretamente com alunos integre a componente letiva dos docentes?**



Apesar de este ser um assunto, para os professores, da maior importância, o programa eleitoral omite qualquer referência, direta ou indireta, a esta questão.



Apesar de este ser um assunto, para os professores, da maior importância, o programa eleitoral omite qualquer referência, direta ou indireta, a esta questão.



Sim.



Sim.



Claramente, como aliás está estabelecido na Lei de Bases do Sistema Educativo Português e no Estatuto da Carreira Docente.

3 **Que medidas prevê o Partido para desbloquear as progressões nas carreiras docentes e recuperar o tempo de serviço não contado aos professores?**



Esta coligação nada defende sobre o desbloqueamento das progressões. Nada refere sobre a recuperação total do tempo de serviço provocado por sucessivos “congelamentos”.

Apenas explicita a forma como procederá à reposição do valor dos salários, a 20% ao ano, até 2019, podendo a reversão ser mais rápida, caso haja disponibilidade orçamental, sem esclarecer o que se entende por isso.



Do programa: “Eliminação da redução salarial dos funcionários públicos, em vigor desde o OE2011, em 2 anos através da supressão dos cortes salariais em 40% em 2016 e a parte remanescente em 2017;

Início em 2018 do processo de descongelamento das carreiras e de limitação das

perdas reais de remuneração que deverão ser avaliadas tendo em conta o impacto transversal de algumas carreiras em vários programas orçamentais.”



Em todos os Orçamentos de Estado propusemos a revogação das proibições nas admissões, progressões e congelamento das carreiras.

Propusemos sempre o ingresso na carreira a todos os docentes que respondem às necessidades permanentes das escolas, contabilizando a totalidade do tempo de serviço.



De acordo com o manifesto eleitoral do Bloco de Esquerda, propomos o “Reforço de professores, técnicos especializados e funcionários, com contratos estáveis; por uma avaliação credível, que se inicia pelas escolas em contexto, alia vertentes internas e externas, e assume a dimensão coletiva do trabalho docente”.



Desde a entrada na moeda única que as carreiras docentes estagnaram, inicialmente, e a partir de 2005 caíram acentuada e brutalmente. Os professores levaram anos a lutar contra o 409/89 a fim de recuperarem todo o tempo de serviço em funções docentes, conseguiram-no e quase de imediato, no dealbar deste terceiro milénio viram as suas expectativas serem iludidas. É necessário que o futuro governo cumpra em primeiro lugar com a lei e as decisões do Tribunal Constitucional. De imediato e sem qualquer prejuízo para os docentes deve ser estabelecido um procedimento transitório muito breve e livre de procedimentos burocráticos.

4 **Qual o modelo de seleção e recrutamento que o Partido defende: curso nacional ou contratação local?**



Apesar de este ser um assunto, para os professores, da maior importância, o programa eleitoral omite qualquer referência, direta ou indireta, a esta questão.



Apesar de este ser um assunto, para os professores, da maior importância, o programa eleitoral omite qualquer referência, direta ou indireta, a esta questão



Concurso nacional através de lista única nacional ordenada por graduação profissional.



As experiências dos últimos anos deixam claro que o concurso nacional de professores é o que melhor serve as escolas.



Sempre fomos defensores dos processos às claras, pelo que o concurso nacional baseado na graduação profissional é, sem sombra de dúvidas, o mais idóneo e democrático.

5 **Traduzindo uma enorme desconfiança na qualidade da formação dos professores levada a cabo pelas instituições de ensino superior com essa responsabilidade, de que resultou um contestadíssimo exame de ingresso na profissão (vulgo, PACC), pensa o Partido que se deverá extinguir ou prosseguir com a realização dessa prova?**



Do programa: “O Estado tem a obrigação de assegurar a dignidade profissional e a qualidade formativa dos seus docentes e demais profissionais da educação. Essa exigência deve ser extensível às diferentes etapas dos desenvolvimento profissional, a começar pela formação inicial, passando pelo processo de seleção por prova de avaliação de conhecimentos e capacidades (PACC)...”



Do programa: “Rever o processo de recrutamento de educadores e professores, suspendendo a realização da prova de Avaliação de capacidades e Conhecimentos e procedendo à reponderação dos seus fundamentos, objetivos e termos de referência”.



O PCP propôs a revogação da PACC na última legislatura pelo menos oito vezes.



A PACC deve ser extinta.



A PACC só visa afastar professores da carreira docente. Assim, deve ser extinta, pois para além de tudo mais trata-se da passagem de

um atestado de incompetência ao próprio Ministério da Educação, que é quem certifica e homologa os cursos superiores, os seus currículos e, posteriormente, os reconhece como habilitação para a docência. É igualmente um certificado de incompetência que o MEC passa às instituições de ensino superior.

6 De acordo com os preceitos constitucionais relativos à segurança no emprego, com princípios gerais que determinam que a necessidades permanentes têm de corresponder vínculos de trabalho estáveis e com o próprio direito comunitário (cfr. Diretiva 1999/70/CE, de 28 de junho), concorda o Partido com a aprovação de uma norma dinâmica de vinculação para os docentes contratados pelo MEC, após completarem 3 anos de serviço? Como pensa aplicar essa norma aos docentes do ensino superior e aos investigadores?



Apesar de este ser um assunto, para os professores, da maior importância, o programa eleitoral omite qualquer referência, direta ou indireta, a esta questão.



Não existe referência à regulamentação desta matéria. No entanto, propõe:

Do programa: "Para diminuir o número excessivo de contratos a prazo, melhorar a proteção dos trabalhadores e aumentar a taxa de conversão de contratos a prazo em permanentes, será proposta a limitação do regime de contrato com termo, que deve deixar de ser a regra quase universal de contratação, limitando-se fortemente a sua utilização;

Estabelecer uma política clara de eliminação progressiva do recurso a trabalho precário e programas de tipo ocupacional no setor público como forma de colmatar necessidades de longa duração para o funcionamento dos diferentes serviços públicos."



O PCP apresentou diversas propostas de alteração ao diploma legal dos concursos visando sobretudo a consagração de uma solução viável e justa para a situação dos professores contratados:

- Vinculação de todos os docentes que respondem a necessidades permanentes das escolas, definidas através da abertura de vagas em função de todas as necessidades manifestadas pelas escolas para horários completos que se verifiquem durante três anos consecutivos (independentemente do grupo de recrutamento);

- Revogação da Bolsa de Contratação de Escola;

- Garantia de um regime de colocação de professores através de uma lista única nacional ordenada pela graduação profissional; Revogação da PACC e dos seus efeitos, na exclusão de 8.000 professores.

Estas propostas foram rejeitadas por PS, PSD e CDS.



O BE defende processo de vinculação relativo aos professores com três ou mais anos de serviço - ou seja, para os quais a legislação do trabalho estabelece a obrigatoriedade de contrato por tempo indeterminado.

Para a vinculação destes professores deve ser realizado um concurso de colocação, mediante a criação de vagas que correspondem a necessidades permanentes do sistema educativo. Assim, propomos que todas as vagas que tenham sido colocadas a concurso de preenchimento de necessidades transitórias por três anos sucessivos ou que, durante esse mesmo período temporal, tenham sido preenchidas mediante recurso a renovações de contratos a termo certo de docentes, sejam tornadas lugares de quadro nas escolas ou agrupamentos de escolas.

O BE propõe, ainda, que as vagas que forem apuradas como necessidades permanentes e que não sejam preenchidas pelo processo de vinculação de professores contratados proposto no presente diploma, sejam preenchidas mediante a realização de um concurso para ingresso nos quadros de escola e de agrupamento de escolas.

No caso do ensino superior, o BE considera que o esclarecimento, a correção de alguns aspetos do processo de qualificação do corpo docente e o prolongamento dos regimes transitórios, afigura-se como uma medida de elementar justiça. Esse prolongamento deve vir associado à garantia de que aos docentes serão dadas as condições previstas, a saber, a dispensa de serviço docente para conclusão do doutoramento e a isenção do pagamento de propinas.



Para nós, os profissionais da docência não devem ser discriminados negativamente sob pretexto algum, devendo-se aplicar as leis gerais de trabalho que preconizam vínculos de trabalho estáveis, para necessidades duradouras no que aos postos de trabalho se refere.

7 Nos casos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, como pensa o Partido reparar a grave injustiça que decorre do facto de, por força da aplicação da designada "norma-travão", docentes mais graduados serem ultrapassados por outros com menos graduação no acesso aos quadros (vinculação)?



Apesar de este ser um assunto, para os professores, da maior importância, o programa eleitoral omite qualquer referência, direta ou indireta, a esta questão.



Apesar de este ser um assunto, para os professores, da maior importância, o programa eleitoral omite qualquer referência, direta ou indireta, a esta questão.



O PCP tem vindo desde há vários anos a apresentar propostas para a vinculação dos professores contratados como medida de elementar justiça no tratamento destes professores e de valorização da qualidade da Escola Pública. Estas propostas foram sempre rejeitadas por PS, PSD e CDS.

No âmbito da discussão na especialidade de sucessivos Orçamentos do Estado (2010, 2011, 2012, 2013, 2014) o PCP apresentou propostas para a realização de um concurso extraordinário para a colocação de professores que dão resposta a necessidades permanentes das escolas. A solução viável e justa para a situação dos professores contratados: a abertura de vagas a concurso nacional por lista graduada em função de todas as necessidades manifestadas pelas escolas para horários completos que se verifiquem durante três anos consecutivos. Para a realização do concurso nacional é necessário um levantamento anual das necessidades permanentes das escolas, no sentido do reconhecimento e verificação do que são efetivamente necessidades transitórias ou do que se constitui como necessidades permanentes.



A norma travão foi estruturada de forma a criar contradições no próprio sistema de vinculação e deve ser abolida. A proposta do Bloco de Esquerda é simples: todos os professores com mais de três anos de serviço são vinculados.



Todas as situações de injustiça devem ser corrigidas e alteradas as normas que as geram, a fim de se fazerem aplicar os princípios básicos de justiça e equidade.

A opinião dos Professores



António Augusto Cerqueira, professor Aposentado

Urge um governo que inverta a descapitalização da CGA e que, através do OE, providencie o pagamento das pensões e assegure uma eficaz e controlada gestão do sistema. No imediato, o governo deve repor os valores das pensões – recorde-se que o Tribunal Constitucional se opôs à pretensão do corte nas pensões.



Fátima Garcia, Professora Aposentada S. Miguel, Açores

A profissão de “professor”, na especificidade da sua função de ensinar e educar, exige de nós um contínuo e continuado esforço gerador de um profundo desgaste, reconhecido cientificamente, o que indicia uma imperiosa necessidade de encurtamento da sua atividade profissional



João Cabaço, EB 2, 3 Dr Pedrosa Veríssimo – Paião, Figueira-da-Foz

Sendo uma profissão de grande desgaste a vários níveis, deviamo-nos aposentar com 36 anos de descontos, independentemente da idade, pois dificilmente regressaremos a algo que se pareça com o que já houve, em matéria de aposentação.



Zulima Gonçalves Carvalho Piçarra Gaspar, Professora Aposentada, Évora

“Todos os que trabalham uma vida inteira e contribuíram para o bem estar e desenvolvimento de uma comunidade merecem terminar a sua vida de forma tranquila, com dignidade e com autonomia financeira que lhes permita autonomia nas decisões e nas ações.”

B. Questões relativas à situação de aposentação

8 É reconhecida a descapitalização da Caixa Geral de Aposentações que decorre do facto de, durante muitos anos, o Estado ter-se dispensado de cumprir as suas obrigações enquanto entidade empregadora pública e de, a partir de 2006, ter cancelado a inscrição de novos subscritores, inviabilizando, assim, a entrada de novas contribuições. Que medidas pretende o Partido aprovar no sentido de garantir o pagamento das atuais e futuras pensões?



Não refere qualquer proposta específica relativa à situação da Caixa Geral de Aposentações. No entanto, sobre os regimes de aposentação e segurança social este programa eleitoral refere:

“Uma aposta efetiva no desenvolvimento de planos complementares de reforma, sejam de natureza profissional sejam de iniciativa individual, reforçando a cultura de poupança para a reforma, enquanto complemento à pensão pública, ou seja, fomentando a responsabilidade individual e coletiva na formação da pensão global;

Introdução, para as gerações mais novas, de um limite superior para efeitos de contribuição, que em contrapartida também determinará um valor máximo para a futura pensão. Dentro desse limite, a contribuição deve obrigatoriamente destinar-se ao sistema público e, a partir desse limite, garantir a liberdade de escolha entre o sistema público e sistemas mutualistas ou privados

Conclusão da convergência dos sistemas de pensões público e privado, prossequindo o esforço que tem sido desenvolvido há mais de uma década.”



Do programa: “O PS irá dotar um regime totalmente convergente entre a CGA e o RGSS, garantindo a completa homogeneidade dos diferentes regimes no que respeita à formação e às regras de cálculo das pensões, eliminando as discrepâncias que subsistem por forma a assegurar um tratamento mais igual.”



O principal problema da Segurança Social é económico e não demográfico, sendo por isso

determinante o combate ao desemprego e à precariedade. Recentemente apresentámos propostas imediatas de reforço do sistema contributivo:

- Travar a utilização do dinheiro que é dos trabalhadores e do sistema previdencial para fins que lhe são alheios, impedindo o uso indevido de verbas dos descontos dos trabalhadores;

- Eliminar inúmeras isenções e reduções da taxa social única (TSU), fazendo com que a segurança social perca mais de 500 milhões de euros por ano;

- Diversificar as fontes de financiamento, propondo para além dos salários, que o financiamento da segurança social seja complementado com contribuições das grandes empresas, com base no valor acrescentado e com parte das receitas de um imposto a criar sobre as transações financeiras realizadas em bolsa.



O Manifesto Eleitoral do Bloco de Esquerda é claro nesta matéria: “O Bloco de Esquerda propõe por isso a criação de uma taxa sobre o Valor Acrescentado das grandes empresas para financiamento solidário da segurança social.”



Para “Os Verdes”, só deve existir um sistema de contribuições e esse deve ser, sem sombra de qualquer dúvida, a Caixa Geral de Aposentações. O estado deve ser fiscalizado no cumprimento das suas obrigações e todos os fundos devem estar blindados a jogos de oportunidade (como foi, por exemplo, a compra de títulos da dívida pública por Vítor Gaspar). Devem ser sempre salvaguardados os fundos depositados pelos subscritores independentemente dos percursos de descontos dos mesmos.

9 Em 2009 o governo iniciou o congelamento das pensões e, dois anos depois, aplicou-lhes cortes reduzindo drasticamente os seus valores. Que compromissos assume o Partido relativamente à reposição das pensões nos valores anteriores à imposição destas medidas, dando início ao indispensável processo de recuperação do poder de compra dos pensionistas?



Neste âmbito, em matéria de incidência fiscal sobre as pensões, esta coligação apenas refere a “reversão da Contribuição Extraordinária de Solidariedade em 50% em 2016 e sua abolição em 2017, para pensões de valor

superior a 4611,4 euros.” Não faz, por isso, qualquer alusão à reposição das pensões nem à recuperação do poder de compra



Apesar de este ser um assunto, para a generalidade dos docentes e investigadores, da maior importância, o programa eleitoral omite qualquer referência a esta questão.



O PCP recusou sempre o congelamento do valor das pensões e defende o seu descongelamento imediato.

Temos apresentado propostas de valorização das pensões, que reponham o poder de compra perdido, sendo que esse aumento não poderia ser inferior a 25 euros mensais.



A reposição total das pensões é uma bandeira do Bloco de Esquerda.



Após uma vida de trabalho e um percurso de descontos, inopinadamente e de forma unilateral os pensionistas viram as suas expectativas de futuro serem goradas. Nós somos pela legalidade, pelo que não é necessário nenhum compromisso especial, só é necessário que se cumpra com a lei e as decisões do Tribunal Constitucional.

A opinião dos Professores



Alda Silveira,
EB1/JI de Velas,
S. Jorge

Atendendo a que a avaliação no ensino básico é contínua, os exames encontram-se descontextualizados desta modalidade. De referir, ainda, que a essência dos exames não será avaliar o conhecimento dos alunos, mas sobretudo os docentes e o sistema educativo!

António Jacinto Pascoal,
EB2,3 José Régio, Portalegre

Este é um sistema educativo completamente desvirtuado, transformado num treino específico para os exames nacionais. A introdução de critérios que autorizam um número desmesurado de alunos por turma, o impedimento de colocação de auxiliares de educação, e a falácia da avaliação externa, vão completando um cenário catastrófico.



Jorge Coelho, Escola
Secundária Augusto
Gomes (Matosinhos)

A contratualização prevista no programa Aproximar Educação apenas vai aumentar a burocracia e limitar o poder de decisão dos órgãos de gestão dos estabelecimentos, não trazendo quaisquer benefícios à Escola Pública, como foi evidente nas experiências ocorridas – e já descontinuadas – em Inglaterra, Suécia e Brasil.



Sandra Freitas,
EB1/JI de Velas,
S. Jorge

Não concordo com os exames no 1º ciclo, tanto testes intermédios como provas finais de ciclo, uma vez que estes criam muita ansiedade nos alunos, pois estes são pressionados pelos encarregados de educação e professores para obterem bons resultados. Esta ansiedade faz com que os resultados obtidos, muitas vezes, não correspondam aos conhecimentos dos alunos visto que só estão a ser avaliados nesse momento.

C. Questões das escolas e do sistema educativo

10 Sendo conhecidos os riscos associados à municipalização da educação (desresponsabilização do Estado, acentuar de assimetrias, reforço do controlo sobre as escolas e consequente perda de autonomia, clientelismo, processos arbitrários de seleção de pessoal...), que posição tem o partido sobre a contratualização prevista no Programa Aproximar Educação?



Do programa: “Maior descentralização para os municípios não é incompatível com uma maior autonomia das escolas”; “Avaliar as experiências-piloto do Programa Aproximar a fim de otimizar o modelo e, mediante os resultados obtidos, propor o seu alargamento ou reestruturação”.



O programa nunca se refere explicitamente à municipalização. Em alguns pontos considera necessário promover a descentralização mas nunca se diz de que forma.



Defendemos a revogação do processo de municipalização com o objetivo de impedir a perda de autonomia administrativa e pedagógica das escolas ou a sua privatização.



O Bloco é contra a municipalização da educação. O Bloco de Esquerda propõe, por isso, que se suspenda o processo de municipalização, que se anulem contratos já estabelecidos em respeito do princípio de autonomia das escolas, e se proceda a um debate público onde os conselhos gerais das escolas possam intervir.



É preciso devolver o significado às palavras e o PAE é pura e simplesmente a municipalização do ensino, que tem como único e prioritário objetivo a retirada da pouca autonomia que ainda reside nas escolas e agrupamentos de escolas. Para “Os Verdes”, a Municipalização da Educação representa

uma indesejável desresponsabilização por parte do Estado das funções sociais que o mesmo deve assegurar.

O ensino público assume-se como uma das mais significativas conquistas civilizacionais do último quarto do século passado em Portugal, promovendo a qualificação e igualdade de oportunidades no todo nacional e entre todos os cidadãos portugueses. Se muitas das aspirações e desideratos do pós 25 de Abril foram atingidos, tal facto fica a dever-se à aposta na educação feita através da escola pública, pelo que a educação deve continuar com a mesma filosofia com que foi inscrita na Constituição de Abril.

11 **Está o Partido disponível para uma avaliação independente e rigorosa do impacto da criação dos mega-agrupamentos, nomeadamente ao nível pedagógico e organizacional, e a agir em consonância com os resultados dessa avaliação?**



Apesar de este ser um assunto, para as escolas e a sua organização pedagógica, da maior importância, o programa eleitoral omite qualquer referência, direta ou indireta, a esta questão.



Apesar de este ser um assunto, para as escolas e a sua organização pedagógica, da maior importância, o programa eleitoral omite qualquer referência, direta ou indireta, a esta questão.



O PCP propôs a suspensão imediata do reordenamento da rede escolar resultante da Resolução do Conselho de Ministros nº 44/2010 e reversão das implicações que teve em todos os agrupamentos afetados e escolas não agrupadas afetadas.

Defendemos ainda que fosse desenvolvida, num prazo de dois anos, uma Carta Educativa Nacional que plasmasse uma estratégia de gestão da rede escolar e que seja construída com envolvimento das autarquias locais, nomeadamente partindo das suas cartas educativas, das comunidades educativas e dos órgãos de gestão e administração escolar, das associações de pais e encarregados de educação e das associações de estudantes, obedecendo essencialmente aos seguintes critérios:

- Estratégia local e regional de desenvolvimento e investimento e importância da presença da escola para o seu cumprimento;
- Qualidade pedagógica e eficiência pedagógica da escola ou agrupamento, independentemente do número de estudantes;

- Capacidade de envolvimento das populações com a comunidade escolar, seu aprofundamento ou manutenção;

- Proximidade da infraestrutura aos aglomerados urbanos e habitações e tempo de transporte previsto para as deslocações dos estudantes, considerando limite máximo da duração da deslocação os 30 minutos;

- Existência de alternativas reais ou necessidades de construção de novas escolas, analisando caso a caso a realidade nacional, sem que se aplique um critério unificado para as condições diversas verificadas no terreno.



Sim.



Sim, "Os Verdes" estão disponíveis para essa avaliação pois, para nós, a massificação da educação que a organização de escolas em mega-agrupamentos trouxe levou à impessoalização do ato de ensino/aprendizagem. Julgamos que já são bem observáveis as repercussões negativas dessa opção, sendo a mais visível, sem dúvida, a que se prende com o aumento exponencial da violência na "escola".

12 **Está o Partido disponível para rever o atual regime de autonomia e gestão das escolas, consagrando, nomeadamente, a possibilidade de opção entre um órgão colegial e unipessoal, bem como o reforço de competências e poderes do Conselho Pedagógico e a valorização das estruturas intermédias de gestão?**



Sem qualquer referência direta, porém, na página 18 do programa, refere-se a necessidade de promoção de formação pós-graduada de dirigentes escolares "orientados para os atuais diretores e demais professores que pretendam iniciar uma carreira de gestor escolar".



Nunca se refere às questões da gestão, porém, na página 47 do programa refere a necessidade de promover a qualificação para funções especializadas, nomeadamente, entre outras, de liderança.



Defendemos e temos proposto uma nova lei de gestão democrática que respeite os princípios, objetivos e valores consagrados

na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo.

O PCP tem vindo a apresentar propostas para a reposição da gestão democrática das escolas. Defendemos a eleição de todos os membros dos órgãos de direção e gestão das escolas; a conciliação necessária intervenção da comunidade com a indispensável autonomia da escola; a importância da participação dos estudantes e dos pais na vida da escola, prevendo-a num órgão de direção estratégica e criando mecanismos para a auscultação permanente das suas opiniões.



Sim.



Sim, até porque a esta distância temporal já são bem visíveis os pecados de que enferma um órgão de gestão unipessoal, o/a diretor/a. Aquilo que alguns viam como grandes virtudes para se fazer a aposta na mudança para órgãos de gestão unipessoais, hoje, verifica-se que não passam de falácias.

Passou a ser um órgão sem opinião nem vontade própria, não é de todo mais ágil e célere, e passou a ter tiques e posturas tantas vezes autoritários. Passou a existir na escola a cultura do "eu" que tantas vezes nada mais é do que "a voz do dono"; em vez de se privilegiar o coletivo.

13 **O atual governo vem insistindo na ideia de que uma parte do currículo possa ser definida a nível local (município ou a própria escola). Aceita o Partido essa ideia? A que limites e critérios deve obedecer tal prática? Compromete-se o Partido a promover um debate público sobre a estrutura curricular dos vários ciclos de ensino?**



Sobre aspetos de ordem curricular, o programa diz pretender "conferir estabilidade aos currículos o que não significa imobilismo. Diz ainda que "pretende-se que resultem processo de ajustamento periódico entendidos como necessários." Sobre o debate proposto nada é referido. Na página 21 e a propósito da "atualização" da Lei de Bases do Sistema Educativo, refere a "reorganização dos ciclos de ensino"



Do Programa: "Incentivar a flexibilidade curricular desde o 1.º ciclo"; "Criar condições para que as escolas e agrupamentos possam

gerir o currículo nacional de forma flexível e contextualizada, utilizando os métodos, as abordagens e os procedimentos que se revelarem mais adequados para que todos os alunos possam aprender.”



Ao longo da Legislatura, aliás, como aconteceu na anterior, as alterações curriculares foram sempre ditadas por imperativos orçamentais, o que levou a um grande empobrecimento dos currículos. Hoje, muitos dos desenhos curriculares que estão a ser impostos decorrem, essencialmente, de uma adaptação às elegibilidades dos fundos comunitários. Para o PCP, esta é uma questão que diz respeito à comunidade educativa e mesmo a toda a sociedade, pelo que deverá realizar-se um debate nacional em torno da questão curricular. Dele, certamente, sairão pistas que permitirão fixar os currículos nos seus diversos domínios. Quanto à chamada componente curricular local prevista nos contratos de delegação de competências nos municípios, trata-se, uma vez mais e apenas, de atribuir aos municípios capacidade de decidirem em matéria curricular de forma a transferirem financiamento público, do OE, por financiamento comunitário. Isto é, trata-se de repetir o erro do passado, agora com implicações que poderão ser bem mais graves.



Sim.



Já se fizeram vários arremedos ou tentativas de se implementar coisas do género em diferentes implementações de estruturas curriculares. Pensamos no entanto que deveriam ser novamente criadas áreas curriculares não disciplinares, que ainda em tempos relativamente recentes faziam parte dos currículos dos alunos, (ocupando uma carga de 18% a 21% do seu horário letivo) onde se possa trabalhar temas tão ausentes nos currículos de hoje como “A educação ambiental!”. Para nós, a estrutura curricular não pode estar fundada em princípios como “redução da dispersão curricular”; reforço de “disciplinas essenciais ou estruturantes”; focalização em “conteúdos disciplinares centrais” e igualmente associada à “definição de objetivos claros, rigorosos, mensuráveis e avaliáveis”. Devem existir mecanismos de equilíbrio entre – Saber; Saber Fazer e Saber Ser/ Estar - para que a formação dos nossos jovens seja feita de forma harmonizada, pelo que, indubitavelmente, promoveremos um debate público sobre essa temática.

14. Concorda com a existência de provas finais nacionais (vulgo, exames) no fim de cada ciclo do ensino básico?



É reafirmado que a avaliação periódica do desenvolvimento curricular se concretiza “através de metas” e também a existência de “avaliações externas, de carácter sumativo, sob a forma de provas nacionais no final de cada ciclo de ensino”, isto é, exames a começarem no 4.º ano de escolaridade.



Do programa: “Reavaliar a realização de exames nos primeiros anos de escolaridade”



O PCP defende a valorização efetiva da avaliação contínua em todo o processo pedagógico, tendo proposto a criação de um grupo de trabalho, com representação democrática alargada, no sentido da promoção de soluções de acesso ao ensino superior baseadas na gradual extinção da avaliação sumativa externa e na valorização da avaliação contínua do processo de formação.



O Bloco de Esquerda é contra os exames nacionais no ensino básico.



Alguém disse um dia que se os exames fossem importantes para as aprendizagens dos alunos, no dia seguinte aos mesmos teríamos sempre melhores alunos. Temos sérias e fundadas dúvidas sobre a eficácia dos mesmos. Hoje mais não servem do que essencialmente para organizar as escolas em funestos “rankings”. Hoje por hoje, cultiva-se o sumativo em detrimento do formativo, atendendo-se muito raramente às milhentas diferenças que a sociedade se encarrega de criar. Pensamos que é uma questão que deve ser amplamente esmiuçada e ponderada, não nos escandalizando de todo que os exames sejam abolidos dentro da escolaridade obrigatória.

15. O atual modelo de ensino artístico especializado assenta numa enorme rede de respostas particulares e cooperativas, financiadas de forma extremamente precária. Que modelo propõe o Partido para a sua reorganização e estabilização financeira?



Do programa, sobre ensino artístico, apenas se extrai: “O reforço da formação artística, em colaboração com as autarquias e as instituições artísticas, de forma a promover a prática, o conhecimento e apreciação das artes”.



Do programa: “Criar um programa que consolide, desenvolva e melhore o ensino artístico especializado, do nível básico ao secundário, apoiando a celebração de parcerias que permitam o progressivo aumento do número de alunos do ensino regular que frequentam esta modalidade de ensino”



Defendemos e propusemos o financiamento às escolas do Ensino Artístico Especializado através de verbas do Orçamento do Estado, respondendo deste modo às suas reais necessidades permanentes de funcionamento (corpo docente e suas carreiras, projeto educativo, instalações, instrumentos); e a realização no curto prazo, de um estudo aprofundado sobre o Ensino Artístico Especializado, a sua identidade e objetivos, organização de rede, habilitações para a docência, currículos e cargas horárias.



O Bloco de Esquerda defende a inserção das escolas de música no Orçamento de Estado e a sua estabilização e harmonização da oferta numa rede de ensino pública.



Para “Os Verdes”, a área das expressões deveria fazer parte de todos os percursos formativos da escolaridade obrigatória, pelo que deveria ser possível a sua frequência em todos os estabelecimentos de ensino público.

Não sendo essa a opção, pensamos que as escolas artísticas devem ter exatamente as mesmas condições de estabilidade e financiamento. Preconizamos igualmente que devem ter um estatuto próprio, serem certificadas e avaliadas como qualquer outro estabelecimento da rede pública.

A opinião dos Professores



Adelaide Silveira,
EBS de Velas, S. Jorge

Estamos longe de uma efetiva escola inclusiva face ao insuficiente número de recursos humanos para apoiar as necessidades educativas especiais dos alunos do REE, de acordo com o previsto nos seus projetos educativos individuais.



Ana Neto, Docente
de educação especial,
Coimbra

A Escola hoje é mais inclusiva? Há correlação entre o discurso e a ação educativa? Ultrapassou-se a fronteira da integração? O nosso olhar diz-nos que há uns “nichos” de inclusão de alunos com NEECP?



Sérgio Morais,
Agrupamento de Escolas
Infante D. Henrique (Porto)

A inclusão deve ser um processo coletivo e contínuo de mudança, permitindo o acesso de todos os alunos a um currículo comum, respeitando os seus ritmos de aprendizagem. Mas a tarefa não pode recair apenas sobre a escola. Mais do que boas intenções, é necessário criar condições efetivas para a realização da inclusão.

D. Questões sobre a escola inclusiva

16 No sentido da promoção efetiva da inclusão, a Intervenção Precoce é uma das medidas prioritárias para a prevenção do abandono e insucesso escolar dos alunos. Que medidas tenciona o Partido tomar neste domínio, tendo em consideração que é escassa e pouco regulada a resposta existente?



Nada refere o programa, explicitamente, sobre intervenção precoce. Apenas existe uma referência genérica, no capítulo “Por uma política integrada para a infância”, em que consta a seguinte afirmação “quanto mais cedo no ciclo de vida das crianças forem realizados os investimentos em educação, maior será o retorno”.



No programa eleitoral nada se refere a este propósito.



Defendemos uma resposta articulada entre diferentes ministérios, desenvolvida através das equipas multiprofissionais para a intervenção precoce, que englobam as áreas da educação, saúde e segurança social, mas manterão sempre como linha prioritária de ação a intervenção educativa, devendo por isso integrar-se no regime jurídico da educação especial, cabendo ao docente de educação especial a sua coordenação. A intervenção precoce iniciar-se-á logo após a deteção ou despistagem de uma situação de risco pelos pais, serviços de saúde, segurança social ou educação, cabendo ao Estado implementar, em todos os Centros de Saúde, Hospitais e Maternidades, serviços de prevenção, deteção precoce e despistagem de deficiências, inadaptações ou situações de risco e organizar a intervenção precoce na infância.

Estas equipas devem ser dotadas dos meios materiais e humanos necessários ao cumprimento da sua missão, assegurando a estabilidade e continuidade no acompanhamento às crianças e jovens, no respeito pelos direitos socio laborais de todos os profissionais envolvidos.



De acordo com o Manifesto Eleitoral, o Bloco defende “Equipas multidisciplinares de combate ao abandono e insucesso escolar, compostas por professores, psicólogos, técnicos de serviço

social e mediadores culturais – capazes de promover o acompanhamento personalizado dos alunos sinalizados como estando em risco de abandono e/ou insucesso escolar. Estas equipas respondem ao contexto social de cada escola e trabalham com diferentes instituições da comunidade. Esta é a resposta de urgência que os níveis de abandono e insucesso escolar exigem da escola pública democrática.”



No final da década de 80, baseado em dinâmicas locais, aparece em Portugal um movimento em prol da implementação da intervenção precoce na infância. A IPI, apesar de já terem passado três décadas, continua pouco eficaz e insípida, sendo que as práticas atuais em Intervenção Precoce na Infância recomendam uma atuação centrada na família e nos contextos naturais de aprendizagem e de rotina de vida das crianças e suas famílias.

Nós, “Os Verdes”, preconizamos que devem ser criadas equipas multidisciplinares ao nível dos agrupamentos de escolas e dos municípios que funcionem em articulação e complementaridade.

17 Está o Partido disponível para estabelecer outros critérios, para além da CIF, destinados à referenciação de alunos a quem deverão ser disponibilizados apoios no âmbito da Educação Especial?



O programa eleitoral apenas refere a necessidade de “Clarificar os termos de referência da identificação dos alunos com Necessidades Educativas Especiais”, não esclarecendo, contudo, o que se pretende com esta clarificação.



Do programa: “A escolaridade obrigatória deve ser inclusiva e promover o sucesso de todos. Compete à escola promover o desenvolvimento dos talentos de todas as crianças e jovens, o que implica tempo para evoluir e crescer, desenvolver a autoestima.”



Temos apresentado a revogação do Decreto-Lei nº3/2008 e um regime jurídico alternativo da educação especial que salvaguarde os direitos de todos os alunos.

A referenciação das NEE deve ser feita pelos pais ou encarregados de educação, pelo docente de educação especial, pelo diretor de turma ou por qualquer membro do conselho de docentes ou conselho de turma. Posteriormente, o departamento de educação especial procede à avaliação, delegando num dos seus

membros a coordenação da avaliação. Para tal, o docente de educação especial pode, sempre que necessário, pedir a colaboração da equipa multidisciplinar ou da equipa de apoio técnico e orientação pedagógica do CRI.

A avaliação de crianças e jovens com NEE é feita por referência a instrumentos educativos adequados, utilizando-se para o efeito escalas adaptadas à realidade portuguesa a definir pelo INEI. A aplicação da Classificação Internacional de Funcionalidade à avaliação de crianças ou jovens com NEE, só é admissível quando se verificar complementar e acessória dos instrumentos anteriormente referidos.

Bloco de Esquerda

Sobre esta matéria é entendimento do BE que:

- Seja acautelada a situação das crianças a quem é autorizado o adiamento do ingresso na escolaridade, de forma a garantir as medidas de apoio através da intervenção precoce no(s) ano(s) de permanência adicional na educação pré-escolar e o cumprimento de 12 anos de escolaridade;

- Se proceda à alteração do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, no que se refere ao desenvolvimento de:

- a. Medidas educativas temporárias que permitam responder às necessidades educativas especiais de caráter transitório, comprovadamente impeditivas do desenvolvimento de aprendizagens;

- b. Medidas de resposta a situações de alunos/as com dificuldades de aprendizagem específicas que comprovadamente impeçam a sua qualidade e desenvolvimento;

- c. Uma medida educativa adicional que permita a adaptação do currículo às necessidades educativas dos/as alunos/as, mais flexível do que a medida “adequações curriculares individuais” (prevista no artigo 18.º) mas menos restritiva do que o estabelecimento de um currículo específico individual (previsto no artigo 21.º);

- Seja acautelada a situação de crianças e jovens com NEE em momentos de avaliação externa das aprendizagens, permitindo a sua adequação às medidas educativas contempladas no PEI;

- Seja garantida a certificação pedagógica do percurso escolar realizado pelos/as alunos/as com PEI e CEI e revista a Portaria 275-A/2012, de 11 de setembro.

- Se proceda ao reajustamento do processo de referenciação dos alunos com NEE para critérios pedagógicos, determinando a CIF como ferramenta de análise clínica de saúde, de caráter supletivo mas não determinante ao processo de referenciação.



Estima-se que a predominância de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) em idade escolar se situa nos 10 a 12%,

pelo que a CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade) que foi aceite por 191 países aparece em Portugal com o intuito de delimitar claramente quais os alunos com deficiência e assim estrangular o número dos que, portanto, podem usufruir dos serviços de “Educação Especial”. Para “Os Verdes”, todas as crianças com necessidades educativas especiais têm o direito à educação. Em idade de escolaridade obrigatória, a educação de crianças e jovens com necessidades educativas especiais, por mais complexas que sejam, deverá ter o seu enquadramento no âmbito do sistema educativo. A escola inclusiva tem como princípio fundamental que todos os alunos devem aprender juntos, independentemente das suas dificuldades ou diferenças.

18. Considera o Partido que os apoios técnicos especializados, designadamente ao nível dos recursos humanos, devem estar colocados nos quadros das escolas / agrupamentos como recursos destes ou em centros de recursos que lhes sejam exteriores?



No programa eleitoral nada se refere a este propósito.



No programa eleitoral nada se refere a este propósito.



Do ponto de vista pedagógico, a diversidade é um valor e não um obstáculo, e por isso defendemos que é a escola que tem de se adaptar à diversidade dos seus alunos. Tal impõe uma reforma radical da escola, nomeadamente no que se refere aos currículos, avaliação, pedagogia e aos meios humanos: turmas reduzidas, a formação de professores (de importância decisiva para uma inclusão bem sucedida), a constituição de equipas multidisciplinares (com diversas valências técnicas) nas escolas, a existência de equipas multiprofissionais para a intervenção precoce na infância e a adequação dos edifícios e equipamentos.

Bloco de Esquerda

Sim, faz parte das propostas do Bloco.



Para “Os Verdes”, o ideal era que esses meios estivessem adstritos às escolas ou agrupamentos de escolas, até pelo número de crianças com NEE existente na população estudantil.

A opinião dos Professores



Cláudia Ferreira,
Leitora da Universidade de Aveiro

Há algo de profundamente errado quando as instituições de Ensino Superior, em vez de darem toda a prioridade à sua missão de qualidade, difusão do conhecimento e progresso no pensamento, se preocupam com cortes e desinvestem nos seus recursos humanos.



Pedro González,
Univ. dos Açores

A política de empobrecimento deste governo no ensino superior traduz-se num tipo investigação linear, acrítica, cujas consequências no ensino o tornam mecânico e reproduzidor desta política castradora



Tatiana Moutinho dos Santos,
Instituto de Biologia Molecular e Celular (Porto)

É imperioso reverter o estrangulamento financeiro que implicou o fecho de inúmeras unidades de investigação, a acentuada diminuição do número de bolsas atribuídas a investigadores e o adiamento da discussão da carreira de investigação. Assim, a investigação fica condenada ao definhamento no curto e médio prazos.

E. Questões do ensino superior e investigação

19. Como se posiciona o Partido quanto ao dever do sistema binário de ensino superior?

Entende que deve converter-se num sistema unitário, integrado e diversificado, ou acha que a divisão binária entre universidades e institutos politécnicos deve manter-se ou até aprofundar-se?



Com uma clara orientação para a proliferação de cursos TeSP (Técnico Superior Profissional), que serão da responsabilidade dos institutos politécnicos, o programa da coligação aponta no sentido de aprofundar ainda mais a divisão entre universitário e politécnico, ou seja, na divisão binária entre universidades e politécnicos.



O programa eleitoral não é claro em relação a esta matéria, embora preveja a manutenção de instituições de ensino superior universitário e outras de politécnico, quer quando se refere à necessidade de reestruturar a rede e a oferta formativa, à escala nacional e regional, quer quando refere, na página 49, “aproveitar e desenvolver a diversidade do ensino superior, universitário e politécnico, promovendo um quadro diferenciado de instituições...”



O PCP defende um sistema unitário para o Ensino Superior Público, um modelo de dignidade, qualidade e financiamento iguais para missões diversas, entre instituições ou mesmo entre unidades orgânicas de uma mesma instituição.



O Bloco mantém a sua disponibilidade para rever o sistema binário.



O ensino superior português compreende, como todos sabemos, o ensino universitário e o ensino politécnico, apelidado formalmente de sistema binário. Na sua génese pretendia-se dotar o Ensino Superior de uma vertente mais técnica, em contraste à vertente mais académica proporcionada pelas universidades.

Pensamos que, num futuro próximo, se torna claro o fim do Sistema Binário e que será apenas uma questão de elementar justiça e uma questão de racionalidade no objetivo de melhor servir o interesse do Ensino Superior e do País. Devemos fazer uma opção por um sistema aberto e concorrencial para assim se acabar com um inaceitável desperdício de recursos.

20. Entende o Partido que deverá ser, finalmente, aprovado, de forma negociada com as organizações sindicais, o diploma regulador da contratação e da carreira dos docentes e dos investigadores das instituições privadas de ensino superior, previsto no RJIES desde 2007?



Apesar de este ser um assunto, para os professores, da maior importância, o programa eleitoral omite qualquer referência, direta ou indireta, a esta questão.



Apesar de este ser um assunto, para os professores, da maior importância, o programa eleitoral omite qualquer referência, direta ou indireta, a esta questão.



O PCP é intransigente na defesa da negociação / contratação coletiva.



Sim.



Sim, é esse o entendimento do partido, pois é a única forma de regulamentar e regularizar a discricionariedade que vai havendo um pouco por todo o lado.

21. Como entende o Partido que deve ser realizado o financiamento das unidades de investigação? Deve o financiamento ser plurianual? Por contrato-programa? Devem os investigadores contratados a termo ter acesso efetivo à carreira de investigação? O número e o montante das bolsas de doutoramento são suficientes ou deverão aumentar?



O programa eleitoral, sobre o financiamento, refere a necessidade de “otimizar os fundos comunitários para I&D negociados com a

Comissão Europeia para Portugal 2020, um montante que se aproxima do dobro do negociado para o Programa Quadro anterior”. Fala sobre financiamento plurianual quando se refere à reforma da FCT e desdobra-se em considerações sobre a promoção da excelência, da elevada qualidade e da atração dos melhores investigadores, designadamente estrangeiros. Omite qualquer referência a carreira de investigação e refere o lançamento de novos concursos para programas de doutoramento, mas não esclarece que serão mais ou menos.



O programa refere a necessidade de reforçar o investimento em ciência e tecnologia. Refere ainda a necessidade de “relançar um novo programa de apoio a cátedras de investigação para docentes dos quadros das universidades públicas, com financiamento público até à reforma ou jubilação daqueles que as ocupem”. Prevê também a existência de “estímulo para o desenvolvimento de carreiras de investigação”m como, por exemplo, as bolsas de pós-doutoramento terem durações mais curtas. Aponta para a existência de um “Regime jurídico das instituições de ciência e tecnologia, de modo a garantir um quadro de longo prazo para reforçar a autonomia das instituições científicas e garantir a sua correta avaliação.”



O PCP defende o financiamento plurianual às unidades de investigação tendo por base as despesas fixas de funcionamento, desenvolvimento e investimento.

O financiamento não pode depender diretamente do resultado da avaliação. Defendemos uma estratégia integrada de valorização do SCTN através do desenvolvimento da capacidade científica instalada e sua estabilidade, e da valorização dos trabalhadores destas áreas, desde logo através da salvaguarda dos seus postos de trabalho, vínculos e direitos e do combate às situações da precariedade que atualmente existem.



Neste momento a rede de centros de investigação necessita de estabilidade e previsibilidade orçamental. A tutela deve assumir compromissos claros de investimento.

Os contratos-programa resultaram na degradação do sistema através da precarização dos vínculos laborais e precisamos exatamente do contrário. O corte drástico nas bolsas de doutoramento implica uma resposta de emergência forte.



Para “Os Verdes”, as unidades de investigação e de desenvolvimento tecnológico (Unidades I & D) representam um pilar fundamental na consolidação de um sistema científico moderno e competitivo. É preciso parar com o decréscimo do financiamento público nesta área, que levou a que um número significativo de docentes fosse excluído do financiamento e um elevado número de Unidades I&D de reconhecido mérito fossem condenadas ao não financiamento (65 das 322 unidades avaliadas pela FCT ficaram sem financiamento).

É preciso também melhorar a transparência do modelo atual de financiamento: os critérios de atribuição de financiamento da FCT foram quase unanimemente contestados por centros de investigação e universidades dos mais diversos domínios científicos, devido às discrepâncias que geraram.

A exclusão do sistema de cientistas com indiscutíveis provas dadas evidencia claras fragilidades no exercício de avaliação realizado, pondo em risco a investigação em áreas de investigação essenciais para o desenvolvimento científico, tecnológico e económico do país e, sobretudo, nas áreas das Ciências Sociais e Humanidades, claramente as menos financiadas.

“Os Verdes” defendem que o financiamento deve ser feito através de contratos-programa plurianuais, para que as unidades I & D possam desenvolver um trabalho mais estável, flexível e dinâmico, reforçando as unidades de investigação e o número de investigadores no meio universitário. Os contratados a termo deveriam ter acesso efetivo à carreira de investigação, para usufruírem de benefícios a que, como bolseiros, não têm direito e para que tivessem perspetivas de estabilidade laboral e de progressão na carreira.

O número de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento em execução tem vindo claramente a diminuir nos últimos anos (em 2013 foi o mais baixo dos últimos cinco anos), como consequência das políticas do atual governo. É urgente aumentar o número de bolsas atribuídas e travar a emigração forçada de muitos dos nossos melhores investigadores.

A opinião dos Professores

Ana Maria Fevereiro,
Escola EBI/JI de Montenegro - Faro

A verdadeira autonomia reside nas escolas públicas poderem ver as suas finanças reforçadas quer direta quer indiretamente, em poderem pôr em prática as decisões pedagógicas para melhorar a qualidade de ensino, sem terem de esperar pela autorização suprema de um qualquer gabinete afastado da realidade educativa.



Casimiro Santos,
Professor da ES/3 Frei Heitor Pinto, Covilhã

A falta de ética faz parte da própria genética do capitalismo que tudo tritura: “... a vida das pessoas está pior, mas o país está melhor” – frase de um deputado do PSD, reveladora da incapacidade de identificação do país com as pessoas, os trabalhadores (descartáveis). Valem mais os interesses da oligarquia dominante, das “empresas”.



Filomena Tavares,
Agrupamento de Escolas Gaia Nascente (V.N. Gaia)

A educação como função social do Estado implica um sistema de qualidade que responda às necessidades de todos os alunos. É preciso valorizar a Escola Pública, em vez de favorecer o ensino privado – que deve ser supletivo, e não concorrente. A escola não pode ser fator de diferenciação em função da capacidade económica.



José Humberto,
ES Vitorino Nemésio, Terceira, Açores

A autonomia, assim como a educação, são fundamentais na afirmação cultural de uma determinada região e do seu povo. Sem um sistema descentralizado de educação não é garantido o respeito pela identidade regional e pelo seu projeto de afirmação identitária no contexto nacional.

F. Questões de política geral

22. A Constituição da República Portuguesa estabelece que as designadas “bases do sistema educativo” constituem “reserva absoluta de competência da Assembleia da República”. Como entende o Partido promover o aprofundamento da autonomia das Regiões Autónomas, designadamente no sentido da flexibilização e diversificação das suas respostas educativas, como prevê a Lei de Bases do Sistema Educativo? Entende o Partido que tal só será possível no quadro de uma revisão constitucional ou considera que existem mecanismos que o permitem fora desse âmbito?



No capítulo da Educação não há referências às questões da autonomia das regiões autónomas.



No capítulo da Educação não há referências às questões da autonomia das regiões autónomas.



O PCP considera que a Constituição da República Portuguesa, a ser revista, deverá ser no sentido de recuperar alguns preceitos democráticos que lhe foram sendo retirados ainda que, no essencial, ela continue a refletir os valores de Abril e da Democracia que o país conquistou em 1974. Uma revisão da CRP, com a maioria que se prevê que seria constituída, não iria nesse sentido. Contudo, não nos parece que essa seja uma necessidade absoluta para, nas regiões autónomas, ser possível flexibilizar e diversificar as respostas educativas, como, aliás, se pode confirmar pelo que se passa na RA dos Açores onde ainda se mantém um regime de gestão democrática das escolas, só para dar um exemplo. Para o PCP trata-se, essencialmente, de uma questão de vontade política.



É vasto o leque de políticas que, pouco a pouco, se degradaram no sentido inverso ao previsto constitucionalmente através de medidas progressivas propostas pelos partidos de centro e direita ao longo dos anos. Não é essa forma de estar do Bloco de Esquerda.



“Os Verdes” entendem que, no quadro da Constituição da República Portuguesa, e no âmbito dos estatutos político-administrativos das Regiões Autónomas, estão criadas as condições para adequação, flexibilização e diversificação das respostas educativas, tendo em conta as especificidades regionais.

23 O guião para a reforma do Estado consagra medidas como o cheque-ensino, as escolas independentes, um novo tipo e novo ciclo de contratos de associação ou a aplicação do novo estatuto do ensino particular e cooperativo. Que posição tem o Partido relativamente a estas medidas?



O programa tem diversas abordagens às chamadas “parcerias com entidades do setor social, particular e cooperativo”. Por exemplo, no que respeita a apoios a alunos com necessidades educativas especiais, também no que respeita à promoção de cursos vocacionais, bem como dos cursos profissionais,

neste caso, coordenado a nível municipal ou intermunicipal, ou para concretização da universalização da educação pré-escolar a todas as crianças a partir dos 3 anos. Por último, no âmbito da designada “liberdade de educação” é advogado o alargamento das várias modalidades de contratos com o setor privado: simples, de desenvolvimento e de associação.



Refere também o recurso ao setor privado, por exemplo, para a garantir a “universalidade da oferta de educação pré-escolar a todas as crianças dos três aos cinco anos”. De resto, não tem outras referências no sentido da privatização, reconhecendo, no início do capítulo sobre educação, que o atual governo “desvalorizou o combate às desigualdades, enfraquecendo a função da escola pública para todos enquanto fator de mobilidade social.”



O PCP defende a revogação do atual Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo e aprovação de um Contrato Coletivo de Trabalho que no essencial acompanhe as normas estabelecidas no Estatuto da Carreira Docente

aplicado aos docentes das escolas públicas. Defendemos que os contratos de associação devem revestir-se de um carácter supletivo e que o Estado deve assegurar uma rede pública de estabelecimentos de ensino que cubra as necessidades da população, em cumprimento da Constituição.



O Bloco de Esquerda condena medidas de desvio de recursos da escola pública para escolas privadas tome ele as formas mais criativas que tomar. A Escola Pública é um elemento estruturante de uma democracia saudável.



Existe no nosso país, nomeadamente por parte de quem nos tem governado, uma certa tendência para copiar e aplicar modelos e métodos que tantas e tantas vezes se mostraram inadequados e desajustados à nossa realidade. Para os ecologistas de “Os Verdes”, deve-se continuar a apostar no modelo de escola pública que a constituição de 1976 preconizava e que tantos e bons frutos deu à sociedade portuguesa. ●

Programa eleitoral da coligação PSD/CDS-PP prevê rever Lei de Bases do Sistema Educativo

É objetivo assumido a concretização do velho sonho da direita de privatizar a educação e dismantlar a escola pública de qualidade

Rever a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) é um dos objetivos da coligação PSD-CDS para a próxima legislatura. Para ocultar os seus verdadeiros propósitos, o programa refere-se sempre a “atualização”, mas basta ler o que se pretende “atualizar” para confirmar que não é disso que se trata. O desenvolvimento da política de “contratos de associação”, o incentivo ao desenvolvimento de escolas independentes no quadro da “diversificação da natureza institucional das escolas” que “garantam o serviço público” ou a valorização da chamada liberdade de escolha e a diferenciação dos percursos escolares (adivinhando-se no que se transformariam as escolas públicas), são alguns dos objetivos enunciados no programa daquela coligação.

Porém, o seu programa não se limita à revisão da LBSE, ele confirma a intenção



de prosseguir algumas das medidas mais negativas e contestadas impostas pelo atual governo ao longo da legislatura:

- Municipalização da educação;
- Privatização do ensino, com o recurso aos mais variados contratos – simples, de desenvolvimento e de associação – sempre em nome do falso princípio da liberdade de escolha, sob o qual se esconde a verdadeira intenção de privatizar;
- Universalização da educação pré-escolar a partir dos 3 anos, essencialmente com o recurso ao setor privado e ao aumento do número de contratos de desenvolvimento;
- Reafirmação das chamadas metas e manutenção dos exames, desde o primeiro ciclo de escolaridade, como referencial dos designados “resultados escolares reais”;
- Insistência na desvalorização de disciplinas em relação a outras consideradas mais importantes;
- Alargamento, a outras línguas, de processos do tipo “Cambridge”, imposto para o Inglês;
- Entrega da formação artística a autarquias e instituições privadas;
- Alargamento das respostas ditas vocacionais e profissionais de caráter dual, sendo requisito para o seu funcionamento que tal aconteça no âmbito do processo de municipalização;
- Reforço das chamadas lideranças unipessoais nas escolas, com referência à existência de uma carreira de gestor escolar;
- Manutenção da PACC como requisito para ingresso na profissão;
- Definição de critérios mais apertados para referência dos alunos com necessidades educativas especiais, isto é, privar mais alguns milhares dos apoios que necessitam, e reforço das designadas parcerias com privados para a promoção dos apoios educativos e terapêuticos indispensáveis;
- Manutenção dos CQEP como alternativa para jovens ainda em idade escolar;
- Aprofundamento do sistema binário de ensino superior, reservando para os politécnicos um papel menor, em que pontificam os cursos TeSP;
- Reforço das restrições à investigação científica, acentuando critérios que relevam um caráter estritamente utilitário.

No programa desta coligação nada se refere em relação às carreiras dos docentes, tanto da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, como do ensino superior, e da investigação científica, nomeadamente no que se refere ao desbloqueamento das progressões, como nada diz sobre matérias relacionadas com o ingresso nos quadros, os horários de trabalho e sua organização ou a aposentação dos professores. Refere-se, a certa altura, a necessidade de desburocratizar o exercício profissional docente tal como, aliás, já afirmava no programa de 2011. Concluída a Legislatura, porém, o problema agravou-se.

Os quatro anos da Legislatura que agora termina foram de chumbo para a Educação. Tecnicamente incompetente, mas politicamente capaz de levar por diante a missão de desvalorização da Escola Pública, o governo que sai também não deixa saudades no setor.

As escolas perderam muitos recursos, o que resultou diretamente do corte de mais de 3 000 Milhões de euros na Educação, o desemprego docente cresceu como nunca

acontecera, a instabilidade do corpo docente das escolas acentuou-se com a eliminação de mais de 40.000 postos de trabalho, as carreiras mantiveram-se bloqueadas e os salários com cortes, os currículos foram empobrecidos, o privado ganhou espaço e a municipalização avançou, cerca de metade das unidades de investigação perderam quase todos os seus recursos financeiros e muitos investigadores com contratos a prazo foram lançados no desemprego ou tiveram de emigrar e reduziram-se substancialmente as bolsas de doutoramento.

A tudo isso se juntou um tremendo desrespeito pelas leis, o que se tornou prática ministerial que valeu milhares de processos em tribunal contra o MEC. Com tudo isto, o insucesso escolar no ensino básico aumentou e o abandono anterior à conclusão do secundário só não conheceu o mesmo caminho, devido ao alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, tendo, o ano que terminou, sido o último da sua concretização.

Pelo programa que apresenta para os próximos quatro anos, a coligação que ainda governa pretende manter e reforçar as políticas que têm sido desenvolvidas para prosseguir a sua agenda de privatização na Educação e de desvalorização da Escola Pública, desmantelando a sua matriz democrática que é sinónimo de ensino de qualidade para todos.

Mudar de políticas também na educação e na ciência, passa por infringir uma inequívoca derrota à coligação que governou o país nos últimos quatro anos. Ainda que essa não seja condição suficiente, é, no entanto, condição necessária. E basta ler o programa dessa coligação para confirmar tal necessidade. ●

“

No programa desta coligação nada se refere em relação às carreiras dos docentes, tanto da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, como do ensino superior, e da investigação científica, nomeadamente no que se refere ao desbloqueamento das progressões, como nada diz sobre matérias relacionadas com o ingresso nos quadros, os horários de trabalho e sua organização ou a aposentação dos professores.



Conferência da FENPROF sobre Currículo Escolar, em Ponta Delgada Pistas para uma nova filosofia do currículo

No âmbito do ciclo de Conferências que a FENPROF realizou em 2015, e de que o JF deu informação nas últimas edições, realizou-se, em Ponta Delgada, um debate sobre o Currículo Escolar. Matéria a que voltamos nesta edição, tendo em conta que é uma das mais sensíveis pelas alterações registadas nas últimas legislaturas, com especial destaque na presente, e para a qual solicitámos aos nossos convidados nessa iniciativa para que, sinteticamente, procurassem dar uma ideia das suas opiniões.

Currículo, políticas curriculares e avaliação



Margarida da Silva, Damiano Serpa
Universidade dos Açores

O currículo escolar é naturalmente uma questão política, na medida em que expressa determinados interesses e ideologias e dá primazia a alguns valores, sejam cognitivos ou de outra natureza. Neste pressuposto, importa perceber se a definição do currículo é efetuada apenas em termos gerais e por um grupo restrito, normalmente associado a políticas governamentais, numa lógica de racionalidade técnica e/ou prescritiva, ou é realizada pelos diferentes intervenientes educativos, numa lógica de deliberação e/ou racionalidade crítica, própria da governação, permitindo a concretização de projetos a diferentes níveis, ou seja, de um currículo mais participativo, consensual e contextualizado.

No entanto, não basta considerar o currículo a partir da sua definição inicial, uma vez que ele se reconstrói a cada momento do

processo educativo e importa atender aos inúmeros fatores que o condicionam, como sejam os relacionados com características dos alunos, professores, contextos e avaliações, entre outros.

Por exemplo, no ensino básico, a natureza e os procedimentos adotados nas avaliações externas podem transformar a conceção de um currículo mais participativo em mera burocracia, por as suas exigências serem dominantes e não se articularem com as exigências decorrentes de determinados projetos educativos.

A forma como as avaliações externas têm sido efetivadas dificilmente permitem o desenvolvimento de pessoas inovadoras e criativas nas mais diversas áreas do currículo, competentes nas interações, cooperação e liderança, capazes de explorar os processos de aprender a aprender e de se autorregular, bem como escassamente possibilitam o exercício da cidadania de forma ativa e interventiva.

Hoje em dia reconhece-se que, na Europa, os currículos acentuam sobretudo interesses de empregadores e de determinadas associações profissionais, evidenciando o peso que a atividade económica tem sobre outras atividades sociais, o que não deixa de se revelar como opção por determinada política. ●

Currículo Escolar – Uma questão política (e não só)



Francisco Sousa, Professor Auxiliar da Universidade dos Açores, Investigador do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança, Universidade do Minho)

Assumindo um noção de política – baseada no étimo Politika – como governo da Polis e um entendimento de educação como bem público (artigos 73.º e 74.º da Constituição da República Portuguesa), felicita-se os or-

ganizadores deste evento pelo tema deste ciclo de conferências. De facto, é importante reafirmar e discutir o currículo escolar como questão política, considerando a crescente influência de discursos que veiculam a ideia de educação e currículo como mercadorias.

Essa discussão evita a ilusão de que o currículo pode ser construído de forma procedimental, ou seja, através do cumprimento de uma série de procedimentos tecnicamente orientados, com base numa análise de necessidades, à semelhança da montagem de uma instalação elétrica com base num manual de instruções. Esta visão tecnicista do currículo predominou na génese dos Estudos Curriculares no início do século XX, atingiu o seu auge em meados desse século e tem mantido alguma influência até hoje. Porém, a sua pretensa neutralidade tem sido cada vez mais questionada, sob o impulso das teorias curriculares críticas, que evidenciam a construção do currículo como arena de luta pelo poder de decidir o que será ensinado nas escolas.

Além disso, algumas correntes contemporâneas têm dedicado especial atenção ao currículo como meio de representação ou sub-representação de identidades. Uma ênfase excessiva neste tipo de questões conduziria os Estudos Curriculares a um desvio do seu objeto por excelência. Para evitar esse desvio, importa não descartar completamente as questões curriculares técnicas (que não implicam necessariamente um compromisso com a ideologia da eficiência social), sem prejuízo da valorização das questões políticas, entre as quais se destacam, na atual agenda dos Estudos Curriculares, as implicações curriculares da globalização, a regulação curricular e a participação dos professores nas decisões curriculares.

A regulação curricular em Portugal tem sido marcada por uma tradição centralista, sempre baseada na prescrição pormenorizada de objetivos e conteúdos, à qual se tem associado, cada vez mais, a valorização de provas de avaliação externa. Esta ênfase na regulação “à saída”, como sugere a análise de casos ocorridos no estrangeiro, tende a gerar fenómenos de estreitamento, ou empobrecimento, curricular, subordinados a uma perversa assunção da ideia de exame com um fim em si mesmo.

Um resgate da ideia de currículo enquanto recurso ao serviço de uma educação para todos, associado a uma avaliação orientada para a melhoria, não dispensa um forte envolvimento dos professores na construção do currículo, entendido como espaço de deliberação. ●

Conferência Nacional sobre Ensino Superior e Ciência**FENPROF ouviu docentes e investigadores sobre os problemas que afetam o setor**

António Martins, *Professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, ex-Vice-Reitor*

“Há uma tendência dos governos neoliberais para defenderem que o aumento da receita obtida pelas instituições de ensino superior deve ser acompanhado por uma diminuição do financiamento público, o que é profundamente negativo. Esta tendência é ilustrada pela OCDE que revela que a variação do financiamento privado em Portugal é o segundo maior aumento, a seguir à Eslováquia, designadamente com recurso à contribuição das famílias. Entre 2008 e 2011 o aumento da despesa não existiu, o aumento de estudantes existiu, o que quer dizer que o Estado ainda gasta menos por estudante do que fazia antes.

O estado de depauperação era tão grave que, em 2010, foi necessário injetar 100 milhões de euros de forma uniforme por todas as instituições de ensino superior, o que esteve associado a um conhecido Contrato de Confiança que apenas serviu para manter o sistema a funcionar, tal como ele existe, com o país cada vez pior nesta matéria. (...)

Quanto ao futuro, refira-se um estudo da Associação Europeia de Universidades que defende o financiamento plurianual, com elevado grau de autonomia financeira e a geração de receita sem receio de confisco. Há aqui um aspeto adicional – a eventual vantagem de separar orçamentos para investimento público e outro para receitas próprias. Se houvesse dois ingredientes fundamentais — sentido genuíno do interesse público geral e consenso, premiando o desempenho, com uma parte contratualizada e a instituição do espírito de cooperação e não da competição, designadamente através da racionalidade dos recursos — certamente que o sistema funcionaria muito melhor. Tudo isto tem de ter como pano de fundo o desenvolvimento económico, a autonomia nacional, investindo nos ativos qualificados, não os fazendo sair para outras economias que vão, afinal, beneficiar com o investimento que fizemos a formá-los. Interesse público significa garantir o desenvolvimento económico com independência nacional.” ●



Rui Matos, *Presidente do Conselho Diretivo da ARIPESE*

(...) contrariamente (muito contrariamente!) às opiniões do MEC, considero absolutamente vergonhoso, indecoroso e inconsequente que se tentem criar diferenciações artificiais e forçadas entre os atuais subsistemas do Ensino Superior, nomeadamente oferecendo-se aos Politécnicos a possibilidade de terem situações facilitadoras de acesso aos seus cursos, comparativamente às Universidades, com o intuito de acentuar a imagem de um ensino superior de segunda por parte dos primeiros (...). “Tenho vindo a conversar com os politécnicos para fazer alguma diferenciação dos critérios no acesso” relativamente às universidades, disse Ferreira Gomes ao Diário Económico. Isto porque, explicou, as universidades e os politécnicos “são dois sistemas diferentes e têm objetivos diferentes. Há que fazer a diferenciação que nem sempre é visível pela sociedade”

Como dizia, a minha opinião é absolutamente oposta: o que deveria haver era Universidades que, consoante os seus recursos, implantação na sociedade, relação com empresas e definição de Projetos de Educação, Investigação e Desenvolvimento, teriam a sua oferta formativa mais ou menos aplicada ou fundamental (aliás, é o que acontece hoje com, por exemplo, a Universidade do Algarve e de Aveiro, nas quais coexistem os dois subsistemas). Ou seja, defendo, pura e simplesmente, o fim dos subsistemas e a criação de uma carreira única. Creio que será a forma de, de uma vez por todas, acabar com o estigma e estatuto (por exemplo, a não permissão de oferta de doutoramentos) de menoridade do Politécnico, o qual, ainda assim, tem aguentado estoicamente as mais desabridas investidas, mesmo quando estas se insidiam sob a forma de presentes ou prendas, quase sempre mais ou menos envenenadas... ●



Carlos Fiolhais, *Docente e Investigador, Departamento de Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra*

A mesma FCT não errou apenas ao tentar eliminar metade das unidades de investigação. Errou também ao efetuar colossais cortes nas bolsas de doutoramento e pós-doutoramento. (...) A FCT e o ministro podiam ter pedido desculpa, reconhecendo a falha. Mas não, ao defender o indefensável, o que fizeram na prática foi estimular a emigração de jovens altamente qualificados. Ao mais alto nível – foi o próprio primeiro-ministro a fazê-lo – o governo lançou um anátema sobre os cientistas, dizendo que o investimento feito na ciência não tinha dado frutos. Está profundamente equivocado e o ministro da Educação e Ciência podia ter esclarecido o primeiro-ministro. (...) A preocupação mais visível do governo consistiu em favorecer um sector, a biomedicina, no qual de facto não são patentes resultados na indústria. Mas nessa como noutras áreas há que esperar, pois a aposta na ciência é muito recente em Portugal.”

“A ciência só pode ser sustentada se a sociedade tiver consciência da relevância da atividade dos cientistas, isto é, se houver suficiente cultura científica. As sociedades modernas baseiam-se na ciência, embora nem sempre haja perceção pública dessa íntima ligação. Há que continuar os esforços feitos até agora em favor da cultura científica. A ciência pode parecer cara, mas a ignorância é-o muito mais.” ●